

Racionalização dos gastos

O anúncio foi feito hoje (ontem) pelo presidente José Sarney, em pronunciamento à Nação no Palácio do Planalto, divulgando as medidas que compõem o programa de mudanças do governo.

Este programa prevê uma série de medidas de contenção e moralização dos gastos públicos. Entre as novidades, está a drástica limitação do uso dos carros oficiais, os "carros pretos". Com isto, o governo espera economizar um montante de recursos considerável, com a redução das despesas com lubrificantes, combustíveis e a própria manutenção dos automóveis. Agora, só têm direito a carro oficial os ministros de Estado, presidentes de empresas e os secretários-gerais dos ministérios.

Dentro do objetivo de administrar melhor o dinheiro público, o presidente Sarney assinou 14 decretos compondo um amplo conjunto de medidas. Uma delas é a criação do Cirp — Conselho Interministerial de Remuneração e Proventos — que vai estabelecer as diretrizes para o pagamento dos funcionários do governo, bem como a redução real de 20% dos dispêndios realizados com terceiros, incluindo gastos com viagens e publicidade.

LEVANTAMENTO

A Secretaria de Planejamento da Presidência da República e o Departamento

Administrativo do Serviço Público vão promover um amplo e detalhado levantamento, visando a modernizar e racionalizar as estruturas dos órgãos do setor público. O governo, com a implementação desta medida, espera poder adequar melhor os seus órgãos às prioridades do nosso governo. O elenco de medidas de moralização dos gastos governamentais prevê também a extinção ou incorporação de empresas públicas, exceto quando isto se traduz em aumento de despesas.

O presidente Sarney anunciou, também, a proibição da construção, aquisição ou aluguel de imóveis residenciais fora do Distrito Federal. Além disto, ressaltou que é intenção do governo não mais subsidiar seus servidores com facilidades na cessão de móveis, gêneros alimentícios, bebidas, material de limpeza, conservação de piscinas, pagamento de empregados domésticos. Esta medida, aliada à restrição no uso dos veículos oficiais, significa o fim das chamadas "mordomias".

As empresas estatais serão submetidas a uma auditoria da Sepian, que fará uma triagem, separando-as em "empresas-solução" e "empresas-problema". As empresas eficientes não sofrerão nenhum risco, mas as irrecuperáveis poderão ser fundidas, departamentalizadas ou mesmo liquidadas, caso seus problemas operacionais se mostrem irreversíveis.